

# Índice

## CAPÍTULO I

### NOÇÕES PRELIMINARES

1. O litígio.....	17
2. Formas compositivas do litígio .....	22
3. O monopólio da administração da justiça. O processo .....	23
4. O processo absorveu as demais formas compositivas do litígio?...	26
5. O <i>jus puniendi</i> .....	27
6. O processo como complexo de atos e como relação jurídica.....	35
7. O Processo Civil e o Processo Penal .....	38
8. Unidade ou dualidade do Direito Processual? .....	39
9. Conceito de Direito Processual Penal .....	47
10. Autonomia do Direito Processual Penal .....	47
11. Instrumentalidade do Direito Processual .....	48
12. Nomenclatura.....	50
13. Finalidade .....	50
14. Posição no quadro geral do Direito.....	51
15. Relação do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e ciências auxiliares.....	52
16. Princípios que regem o Processo Penal.....	58
17. Verdade real .....	58
18. O princípio da imparcialidade do Juiz .....	63
19. Princípio do Juiz natural .....	65

20. Princípio da igualdade das partes.....	66
21. Princípio da paridade de armas.....	66
22. O princípio da persuasão racional ou do livre convencimento.....	67
23. Princípio da publicidade.....	68
24. Princípio do contraditório.....	72
25. Princípio da iniciativa das partes.....	77
26. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i> .....	79
27. Identidade física do Juiz.....	82
28. Princípio do devido processo legal.....	84
29. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos...	85
30. Princípio da presunção de inocência.....	89
31. Princípio do <i>favor rei</i> .....	101
32. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	103

## CAPÍTULO 2

### DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO PENAL

1. O Processo Penal na Grécia.....	107
2. O Processo Penal em Roma.....	108
3. O Processo Penal entre os germânicos.....	112
4. O Processo Penal canônico.....	113
5. O sistema inquisitivo nas legislações laicas.....	113
6. As inovações após a Revolução Francesa.....	117
7. Tipos de Processo Penal.....	119
8. Direito pátrio.....	124

## CAPÍTULO 3

### EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

1. <i>Vacatio legis</i> .....	127
2. Ab-rogação. Derrogação. Ab-rogação expressa e tácita.....	128
3. Princípio da retroatividade.....	128
4. Princípio da irretroatividade. Ultra-atividade.....	130
5. Eficácia da lei penal no tempo.....	131
6. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	142

## CAPÍTULO 4

### EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Eficácia da lei penal no espaço .....	159
2. O princípio da territorialidade. O da nacionalidade. O da proteção. O da Justiça Penal universal .....	160
3. Lugar do crime .....	169
4. Tempo do crime .....	176
5. Lei processual penal no espaço .....	177
6. Ressalvas .....	182

## CAPÍTULO 5

### INTERPRETAÇÃO

1. Noções .....	203
2. Interpretação autêntica .....	204
3. Interpretação doutrinal .....	204
4. Interpretação judicial .....	205
5. Interpretação gramatical .....	205
6. Interpretação lógica .....	206
7. Interpretação sistemática .....	207
8. Interpretação histórica .....	207
9. Interpretação extensiva e restritiva .....	207
10. Interpretação progressiva .....	209
11. Interpretação analógica .....	210
12. Analogia .....	211

## CAPÍTULO 6

### FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sentido da palavra “fonte” .....	217
2. As fontes formais e substanciais .....	217
3. Classificação das fontes formais .....	218
4. Modalidades das fontes diretas .....	218

5. Fontes orgânicas .....	219
6. Fontes indiretas.....	220
7. Fontes secundárias .....	222
8. Inovações .....	225

## CAPÍTULO 7

### § 1º — DA PERSECUÇÃO

1. Da investigação preparatória.....	233
2. Polícia.....	236
3. Divisão.....	236
4. Polícia de Segurança.....	237
5. Polícia Civil .....	237
6. Do inquérito policial.....	238
7. Finalidade do inquérito .....	240
8. Inquéritos extrapoliciais.....	241
9. Competência .....	244
10. O inquérito é indispensável?.....	249
11. Natureza do inquérito .....	252
12. Incomunicabilidade.....	261

### § 2º — DA PERSECUÇÃO

1. <i>Notitia criminis</i> .....	263
2. Início do inquérito .....	264
3. Instauração “de ofício” .....	265
3-A. Indiciamento.....	267
4. Instauração por meio de requisição.....	268
5. Instauração por meio de requerimento.....	269
6. Conteúdo do requerimento.....	270
7. A Autoridade Policial tem o dever de instaurar inquérito? .....	271
8. Pode a Autoridade Policial indeferir requisição do Ministério Público? E o requerimento do ofendido? .....	272
9. Providência que o ofendido pode tomar .....	274
10. A <i>delatio criminis</i> .....	275

11. Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada..	278
12. A hipótese de requisição do Ministro da Justiça.....	284

### § 3º — DA PERSECUÇÃO

1. O inquérito policial nos crimes de ação privada .....	286
2. A mulher casada e o direito de queixa.....	287
3. Prazo para requerer a instauração de inquérito .....	287
4. Conteúdo do requerimento.....	288

### § 4º — DA PERSECUÇÃO

1. Diligências .....	290
2. Apreensão de objetos e instrumentos do crime.....	293
3. Da busca e apreensão.....	294
4. Da ouvida do ofendido.....	296
5. Da ouvida do indiciado.....	297
6. Do reconhecimento .....	300
7. Das acareações.....	302
8. Dos exames periciais .....	303
9. Reprodução simulada.....	307
10. A identificação.....	308
11. Tipos e subtipos .....	316
12. Pode o indiciado recusar-se a ser identificado? .....	318
13. Folha de antecedentes .....	320

### § 5º — DA PERSECUÇÃO

1. Prisão em flagrante .....	322
2. O curador no auto de prisão em flagrante.....	324
3. Conclusão do inquérito .....	324
4. Indiciado menor .....	329
5. Relatório .....	332
6. Arquivamento .....	332
7. Controle externo da atividade policial .....	334
8. Juizado de Instrução ou Inquérito Policial? .....	336
9. Pode o Ministério Público investigar? .....	344

CAPÍTULO 8  
§ 1º — DA AÇÃO

1. Noções gerais.....	347
2. Fundamento do direito de ação e base constitucional .....	350
3. Ação penal .....	352
4. Fundamento constitucional da ação penal .....	354
5. Natureza jurídica do direito de ação .....	355
6. Windscheid e Muther .....	357
7. Adolph Wach e a autonomia do direito de ação .....	359
8. Plòsz e Degenkolb .....	360
9. A teoria do direito potestativo .....	361
10. O conceito de direito de ação .....	363
11. O direito de ação no plano estritamente processual .....	364
12. O conceito de ação penal .....	368

§ 2º — DA AÇÃO PENAL

1. Enquadramento da ação penal no sistema legal normativo .....	371
2. A influência do Código de Instrução Criminal da França.....	372
3. A orientação do legislador pátrio de 1890 .....	372
4. A orientação nos trabalhos legislativos de 1940 .....	372
5. A opinião de Jorge A. Romeiro e de Vicente de Azevedo.....	372
6. Críticas de Frederico Marques.....	373
7. Normas penais e processuais .....	373
8. Classificação da ação penal .....	374
9. Classificação subjetiva.....	380
10. Razão de ser da divisão da ação penal e da subdivisão da ação penal pública.....	381
11. Subdivisão da ação penal pública .....	385
12. Ação penal pública incondicionada .....	387
13. Classificação quanto à pretensão .....	399

§ 3º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada .....	400
2. Ação penal pública condicionada à representação .....	400

3. Razão de ser.....	401
4. Crítica .....	403
5. Crimes cuja ação penal depende de representação.....	404
6. Natureza jurídica da representação .....	405

## § 4º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada .....	413
2. Representação .....	414
3. A quem é dirigida a representação? .....	415
4. Quem pode fazer a representação?.....	417
5. O ofendido incapaz e sem representante legal .....	417
6. Natureza jurídica do curador especial .....	418
7. Cessaçãõ da atividade do curador .....	418
8. Morte do ofendido .....	419
9. Retratação .....	421
10. É possível a retratação depois do oferecimento da denúncia? .....	422
11. É possível a retratação da retratação? .....	423
12. A pessoa que faz a representação é obrigada a definir juridicamente o fato? .....	425
13. Eficácia objetiva .....	426
14. Prazo para a representação.....	427
15. É possível a representação se o representante legal veio a saber quem foi o autor do crime quando a ofendida, que já o sabia, estava com mais de 18 anos e 6 meses? .....	430
16. Prazo para a representação na hipótese do § 1º do art. 24 do CPP ..	430
17. Prazo para a representação nos crimes de imprensa .....	431
18. Como provar que o titular do direito de representação soube quem foi o autor do crime nesta ou naquela data? .....	432
19. Como se conta o prazo para a representação? .....	432
20. Ação penal nos crimes contra a liberdade sexual .....	436
21. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função .....	448
22. A representação nos crimes tributários .....	452
23. Requisição do Ministro da Justiça .....	458
24. Ação penal no crime complexo.....	464

## § 5º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA

1. Como se inicia a ação penal pública condicionada ou incondicionada?.....	466
2. Instante inicial da ação penal pública .....	467
3. Conteúdo da denúncia.....	468
4. Prazo para o oferecimento da denúncia .....	480
5. Não oferecimento da denúncia no prazo legal. Consequências.....	485
6. Devolução do inquérito.....	486
7. Extinção da punibilidade .....	489
8. Guarda em cartório .....	489
9. Inviabilidade da relação processual .....	490
10. Arquivamento do inquérito .....	490

## § 6º — DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Noções gerais.....	516
2. Distinção entre ação penal pública e ação penal privada .....	517
3. Críticas à ação penal privada .....	518
4. Os crimes de ação penal privada no Código atual .....	522
5. Princípios.....	523
6. Quem pode promovê-la?.....	527
7. A mulher casada pode exercer o direito de queixa?.....	529
8. Pessoas jurídicas .....	531
9. Prazo .....	535
10. O prazo na hipótese do art. 31 .....	537
11. Contagem do prazo .....	539
12. Divisão da ação penal privada .....	540
13. A morte do cônjuge ofendido na ação penal privada personalíssima .....	541
14. O ofendido incapaz e o direito de queixa na ação penal privada personalíssima.....	541
15. Despesas judiciais.....	544

## § 7º — OUTROS TIPOS DE AÇÃO PENAL

1. Ação penal privada subsidiária da pública.....	549
2. Quando ocorre .....	550

3. É inovação do CPP de 1942? .....	551
4. Prazo para oferecimento da queixa .....	552
5. Requerido o arquivamento dos autos do inquérito, poderá, ainda assim, o ofendido oferecer queixa substitutiva da denúncia?.....	555
6. Ação penal nos crimes falimentares.....	558
7. Ação penal popular .....	558
8. Ação penal <i>ex officio</i> .....	575
9. Outras modalidades de ação penal .....	582

### § 8º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Como se inicia a ação penal privada? .....	586
2. Ouvida do órgão do Ministério Público .....	587
3. A queixa poderá ser oferecida pelo próprio ofendido? .....	588
4. Prazo .....	591
5. Devolução do inquérito.....	592
6. Arquivamento .....	592

### § 9º — CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução .....	593
2. O policiamento do exercício do direito de ação.....	593
3. As condições da ação.....	595
4. As condições da ação no Processo Penal .....	598
5. As atuais condições genéricas.....	599
6. As condições específicas.....	608

### § 10 — REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA

1. Rejeição da peça acusatória .....	615
2. Aspecto formal da denúncia ou queixa. Inépcia .....	615

## CAPÍTULO 9

### § 1º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. A rejeição da denúncia ou queixa e a extinção da punibilidade ....	625
2. Que se entende por extinção da punibilidade?.....	625

3. As causas extintivas da punibilidade.....	626
4. O art. 107 do CP esgota todas as causas extintivas da punibilidade?.....	627
5. Morte do agente .....	628
6. Anistia, graça e indulto .....	636
7. Anistia.....	636
8. Graça e indulto .....	641
9. <i>Abolitio criminis</i> .....	647
10. Prescrição, decadência e perempção .....	647
11. Prescrição .....	648
12. Prescrição retroativa.....	659
13. Decadência.....	667

## § 2º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de renúncia .....	671
2. Renúncia expressa e renúncia tácita .....	672
3. Extensão .....	676
4. Perdão .....	677
5. Divisão.....	678
6. Quem pode conceder o perdão? .....	679
7. Aceitação do perdão .....	681
8. Aceitação processual e extraprocessual .....	682
9. Extensão do perdão.....	683
10. Perdão e renúncia.....	683
11. Perempção .....	684
12. Quais as causas que determinam a perempção?.....	685
13. Perempção, renúncia e perdão .....	692
14. Retratação .....	693
15. <i>Subsequens matrimonium</i> .....	699
16. O perdão judicial, nos casos previstos em lei .....	699
17. O pagamento do tributo no crime de sonegação fiscal.....	702

BIBLIOGRAFIA .....	705
--------------------	-----

